



Estudos e pesquisas sobre a cultura afro-brasileira a partir da Lei 10.639/2003 e 11.645/2008 na Escola Estadual de Ensino Médio São José em Óbidos/PA

Studies and research on Afro-Brazilian culture based on Law 10,639/2003 and 11,645/2008 at the São José State High School in Óbidos/PA

Joana D'Arc do Valle Bahia

<https://orcid.org/0000-0002-2172-5022>

Professora titular do Departamento de Antropologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), tem pós-doutorado pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (2012). joanabahia@hotmail.com

Leandro de Castro Tavares

<https://orcid.org/0000-0002-4058-7526>

Doutorando em História Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ/PPGHS. Mestre em História e Regiões pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (2018). Tavaresleo23@gmail.com

Resumo

Neste estudo objetivamos fazer uma reflexão acerca de estudos e pesquisas da cultura afro-brasileira na Escola Estadual de Ensino Médio São José em Óbidos no Estado do Pará e com enfoque principal sobre a Lei 10.639/2003, já alterada pela Lei 11.645/2008 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e indígena. Nesta pesquisa, adotamos uma abordagem teórica para discutir temas como educação, currículo e didáticas, com foco particular na importância dos estudos e das pesquisas sobre a cultura afro-brasileira. O principal objetivo desta investigação é compreender e analisar o desenvolvimento do processo educativo afro-brasileiro na escola objeto de estudo.

Palavras-chave

Cultura afro-brasileira. Currículo. Educação.

Studies and research on Afro-Brazilian culture based on Law 10.639/2003 and 11.645/2008 at the São José State High School in Óbidos/PA.

Abstract

The aim of this study is to reflect on studies and research into Afro-Brazilian culture at the São José State High School in Óbidos, in the state of Pará, with the main focus on Law 10.639/2003, as amended by Law 11.645/2008, which establishes guidelines and bases for national education, to include the subject of Afro-Brazilian and indigenous history and culture in the official school curriculum. In this research, we have adopted a theoretical approach to discuss themes such as education, curriculum and didactics, with a particular focus on the importance of studies and research into Afro-Brazilian culture. The main objective of this investigation is to understand and analyze the development of the Afro-Brazilian educational process in the school under study.

Keywords

Afro-Brazilian culture. Curriculum. Education.



1. Introdução

Esta pesquisa foi desenvolvida na Escola Estadual de Ensino Médio São José, com o intuito de verificar o cumprimento da lei 10.639/2003 e 11.645/2008, que regem a inclusão de estudos e pesquisas sobre a História e Cultura afro-brasileira no currículo diversificado da referida escola. Sabemos que a cultura africana está intrinsecamente ao nosso redor, em qualquer local do Brasil. Frequentemente mencionado como o país com a maior população afrodescendente fora do continente africano, o Brasil ainda carece de informações sobre a história desse aspecto importante de sua formação e, principalmente, sobre as lutas e realizações dos herdeiros das tradições culturais africanas, desde o passado até os tempos atuais. Essa falta de informação é talvez, uma das maiores dificuldades encontradas pelos gestores das escolas no município de Óbidos¹, no Estado do Pará, em incluir em seu currículo oficial a temática História e Cultura Afro-Brasileira.

A Escola São José já desenvolve um projeto que incentiva os alunos a realizarem pesquisas aprofundadas sobre os afro-brasileiros. Entretanto, entendemos que essas pesquisas, por si só, não são suficientes. Os alunos, não apenas da escola mencionada, mas de todas as escolas do município e, por que não dizer, da maioria das escolas do Brasil, ainda carecem de conhecimento suficiente para compreender a importância deste povo que, chegando ao Brasil, tornou-se a base da força trabalhadora durante o período da escravidão. Desde 2012, realizamos pesquisas no município de Óbidos, onde identificamos várias comunidades remanescentes de quilombos, como Apuí, Castanhanduba, Cuecé Silêncio, entre outras. A chegada dos povos africanos a Óbidos ocorreu a partir do século XVIII. Nossas proposições indicam que, independentemente do município no Brasil, existem traços e características de pessoas originárias do continente africano. No entanto, muitos em Óbidos ainda desconhecem a importância dos estudos sobre os afro-brasileiros. Com base neste contexto e utilizando as leis 10.639/2003 e 11.645/2008, os alunos podem compreender a significativa contribuição dos africanos na diversidade étnica do Brasil.

Além de pesquisa bibliográfica, damos ênfase aos relatos orais, uma prática comum na pesquisa de campo em história oral, considerada uma metodologia importante para o estudo da história

¹ A cidade de Óbidos está localizada no extremo norte do Brasil, na Região Oeste do Estado do Pará, ocupando uma área de 28.021,2 quilômetros quadrados, com uma população estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, de 48.429 habitantes. A Sede do Município é a cidade de Óbidos, que está situada às margens esquerda do Rio Amazonas a 45 metros acima do nível do mar.



contemporânea, e com isso, considera-se que “a História oral é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea” (ALBERTI, 2011, p. 155).

As Diretrizes Curriculares Nacionais, estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação, expandiram as discussões ao incluir a educação das relações étnico-raciais. O objetivo deste estudo é analisar a evolução da educação sobre a população negra e afrodescendente e examinar como as relações étnico-raciais e o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira são abordados nas escolas atualmente. Investigamos a proposta curricular da Escola São José e seu Projeto Político Pedagógico para o tratamento da temática étnico-racial, bem como a internalização dessas propostas pelos educadores. Por fim, destacamos os caminhos possíveis para a implementação efetiva da legislação pertinente na escola em questão.

2. A cultura afrodescendente no contexto educacional da Escola Estadual de Ensino Médio São José em Óbidos no Estado do Pará

A história do Brasil, como é ensinada nas escolas atualmente, enfrenta um processo de questionamento. Muitos professores e pesquisadores criticam o conteúdo histórico predominante que ainda privilegia a visão europeia como uma cultura universal, frequentemente negligenciando outras matrizes de conhecimento e experiências históricas e culturais que são fundamentais na formação do povo brasileiro, como as matrizes africanas e indigenistas. É comum encontrar livros didáticos e outras produções bibliográficas no ambiente escolar que ignoram ou propagam estereótipos sobre a contribuição de africanos e afrodescendentes na construção intelectual e material do país. Esse descuido histórico resultou na sub-representação da população negra no Brasil, perpetuando o processo de dominação e opressão que esta população experimentou ao longo da história brasileira. Fernandes (2005) argumenta que a história não é apenas algo do passado para ser memorizado e repetido; ela nos informa e revela quem somos no presente e os papéis que devemos desempenhar na sociedade atual. Segundo ele, uma abordagem histórica que ignora ou estereotipa as matrizes africanas e indigenistas despersonaliza a população, assemelhando-se à visão dos dominadores, e cria uma narrativa histórica parcial marcada por discriminação e racismo. Essa problemática também afeta outras etnias, mulheres e diversas regiões do país. A história ensinada nas escolas brasileiras ainda reflete machismo, regionalismo e uma perspectiva brancocêntrica herdada da visão eurocêntrica. O



currículo escolar nas salas de aula muitas vezes omite as diversas vozes e culturas, contribuindo para a marginalização de uma parcela significativa da população brasileira.

Os documentos oficiais da educação brasileira como a Lei de Diretrizes de Base da Educação Brasileira, LDB 9394 de 1996 no artigo 26 inciso 4, estabelecem que “o ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia”. Apesar disso, argumenta Cunha Junior (1998, p.14), “são poucos os brasileiros afrodescendentes negros que se destacam na história nacional ou até mesmo na história internacional”. Essa realidade mobilizou diversos movimentos sociais que lutam por um Brasil mais justo e democrático.

Para Moreira e Candau (2007), as discussões atuais sobre o currículo incorporam, com diferentes graus de ênfase, reflexões sobre os conhecimentos escolares. Esses conhecimentos abrangem os procedimentos e as relações sociais que moldam o cenário educacional, visando as transformações que almejamos para nossos alunos, assim como os valores sociais e culturais e as identidades que pretendemos construir. Neste contexto, destacamos que em Óbidos observa-se um significativo nível cultural étnico, evidenciado pelas lutas pela preservação da memória e do patrimônio histórico do município, algo menos comum em outras cidades da região. Antes de focar na cultura afrodescendente no contexto educacional da Escola Estadual São José, é relevante discutir brevemente a história da inserção dos negros em Óbidos.

Por exemplo, o povoado de Matá, uma comunidade em Óbidos, formou-se no final do século XIX com os escravizados que se libertavam das fazendas do Paraná de Baixo, também parte de Óbidos. Essa comunidade é representativa das áreas conhecidas como quilombos ou mocambos. Existem várias comunidades remanescentes de quilombos em Óbidos, como Apuí, Castanhanduba, Cuecé Silêncio, entre outras. A presença desses povos em Óbidos iniciou-se no século XVIII.

Para obter informações desta pesquisa, foi necessário realizar uma pesquisa de campo na Escola Estadual de Ensino Médio São José. Essa etapa se fez necessária para detectar como foram desenvolvidos estudos e pesquisas sobre a cultura afrodescendente no contexto educacional dessa instituição. Como critérios para a melhor obtenção de informações, foram realizadas entrevistas com as autoras do projeto e distribuídos questionários aos professores de História, aos gestores e a alguns alunos que estudaram no período de criação do projeto. Todos esses processos foram essenciais para que, ao final, fosse aplicado o método triangular às respostas obtidas. Com isso, nossa intenção é



entender o significado que a proposta curricular sobre a importância dos estudos e pesquisas da cultura afro-brasileira oferecida aos discentes da escola pesquisada tem em suas aprendizagens e se esta contribui para que construam um conhecimento sistêmico sobre a organização cultural e sobre como refletir a respeito da africanidade brasileira.

A Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003 altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Só para frisar que a Lei 10.639/2003 já foi alterada pela Lei 11.645/2008. O Congresso Nacional decretou e o Presidente Luís Inácio Lula da Silva sancionou a seguinte Lei: Art. 1º A Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B: "Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. § 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e Histórias Brasileiras.

Conforme mencionado, a Escola Estadual de Ensino Médio "São José" começou a cumprir a legislação relacionada ao ensino da História e Cultura afro-brasileira somente em 2007 com a criação do projeto "Orgulho de ser Negro". Embora uma professora tenha inicialmente informado que a escola começou a incluir estes estudos em seu currículo diversificado logo após a sanção da lei em 2003, verificações posteriores mostraram que esta informação não era precisa. De fato, o projeto foi desenvolvido quatro anos após a sanção da lei, evidenciando que a inserção no currículo não foi imediata. Apesar dessas contradições, é importante reconhecer que a Escola São José foi pioneira no município na inclusão de pesquisas focadas na História e Cultura afro-brasileira em seu currículo. Com base nesses fatos, tornou-se necessário desenvolver um histórico conciso do projeto "Orgulho de ser Negro".

É relevante ressaltar que a finalidade deste artigo, de maneira ampla, é contribuir para o alargamento da compreensão sobre o significado da importância dos estudos e pesquisas da cultura afro-brasileira na vida escolar/acadêmica, social e cultural para os alunos e alunas que estudam nas



instituições escolares públicas, com ênfase para as escolas situadas na região do Baixo Amazonas, ou seja, não somente da escola pesquisada. Segundo Hage (2005, p. 61),

A Amazônia apresenta como uma de suas características fundamentais a heterogeneidade, que se expressa de forma bastante significativa, no cotidiano da vida, do trabalho e das relações sociais, culturais e educacionais dos sujeitos que nela habitam, heterogeneidade essa, que deve ser valorizada e incorporada nos processos e espaços de elaboração e implementação de políticas e propostas educativas e curriculares para a região.

A partir do que expressa o referido autor, corroboramos que o contexto educacional e de ensino/aprendizagem vivenciado e experienciado nos ambientes das escolas públicas situadas no Baixo Amazonas, na maioria das vezes, não corresponde a um processo que de fato seja significativo para a vida dos alunos. Via de regra, a realidade cultural local, se não ignorada na construção do currículo, é parcialmente contextualizada e problematizada. Se considerarmos esta observação, ainda que seja sob o olhar empírico, na conjuntura da importância dos estudos e pesquisas da cultura afro-brasileira, suspeitamos que a construção curricular deste tema de ensino, não seja, como expressa os PCN's: terceiro e quarto ciclos (1998, p. 15), "ter consideração a função social desse conhecimento na heterogeneidade cultural da sociedade brasileira, observando os fatores relativos à história, as comunidades locais e à tradição".

Concordamos que todas as áreas do conhecimento e as respectivas disciplinas que estruturam o currículo a ser trabalhado nos espaços de ensino e aprendizagem das escolas públicas precisam ser significativas e atraentes para que nossos alunos e nossas alunas se sintam atraídos e motivados no desbravamento das aventuras do conhecimento. E no ensino sobre a cultura afro-brasileira, em particular, essa motivação já viria antes mesmo de ser posta em prática, por se tratar da história de um povo que tem contribuição étnica e racial direta com a população brasileira. No entanto, para que este ensino se torne atraente e motivador será necessária a organização e a construção do currículo não sejam privilegiados como uma concepção que se processa simplesmente como "listagem de conteúdos, ou mesmo como conjunto de conhecimento escolarizados e reconceitualizados de uma determinada forma" (SILVEIRA, 2011, p. 105).

É fundamental reconhecer que, embora tradicionalmente as escolas utilizem predominantemente aulas expositivas e materiais didáticos impressos como quadros de escrever, existem alternativas tecnológicas disponíveis que podem servir como ferramentas inovadoras na



prática pedagógica. Especificamente para os profissionais de Ensino de História, é essencial se conectar com a realidade atual do contexto cultural em que estão inseridos, enfrentando os novos desafios que surgem constantemente no campo da educação. Estes desafios estão intimamente ligados às novas exigências impostas pelas tecnologias de informação e comunicação, que têm transformado significativamente os espaços dedicados ao ato de educar.

A influência da Nova História Cultural no campo da História da Educação permitiu incorporar categorias teorizadas em outros campos, passando a ser “consideradas imprescindíveis para entender o passado dos fenômenos educativos, como as de gênero, de etnia e de geração, ao lado da classe social, já consagrada pelos estudos marxistas.” (LOPES e GALVÃO, 2001, p. 41). Nessa perspectiva,

Por muito tempo, não se perguntou, por exemplo, sobre a educação dos negros, dos indígenas ou sobre as especificidades da educação feminina nos diferentes momentos do passado. Hoje, essas questões são fundamentais para o entendimento do que foi, do que é a educação brasileira. Mesmo assim muitos ainda teimam em não querer enxergar que são profundamente diferentes as histórias da educação do homem e da mulher, da criança e do adulto, do negro, do branco, do indígena e do judeu [...]. Enxergar o “outro” continua exigindo um grande esforço principalmente para os que não ocuparam o lugar dos que pouco puderam falar ou escrever ao longo da história (LOPES e GALVÃO, 2001, p. 41).

A partir do que já ponderamos nas discussões justapostas, consideramos pertinente a realização do projeto implantado na Escola São José, por acreditarmos que, no que diz respeito à relevância institucional, este é um projeto valioso a nós, professores do Ensino de História, porque poderá contribuir para ampliar nosso entendimento e compreensão do significado do currículo enquanto uma prática coletiva e social e, assim, situar o ensino da história e cultura afro-brasileira, como um conhecimento fomentador de cidadanias. A relevância social do projeto “Orgulho de ser Negro” está inserida na possibilidade de alegar o entendimento da importância do Ensino sobre a cultura afro-brasileira para a vida dos discentes para além da ideia de que o aprendizado deste assunto constitui uma exigência de acordo com a Lei 10.639/2003, já alterada pela Lei 11.645/2008 “Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da História e Cultura Afro-Brasileira e indígena”.

2.1 Projeto Orgulho de ser Negro.



Conforme está contido nos PCN's: terceiro e quarto ciclos, podemos dizer que o desenvolvimento humano se constrói por meio de um processo de aprimoramento das capacidades de pensar, agir, atuar sobre o mundo de forma consciente, do mesmo modo que, saber lidar com a influência que o mundo lança sobre cada pessoa. Também, tal desenvolvimento pressupõe saber atribuir significados a tudo que está no seu entorno, ser percebido e significado pelos outros, aprender a viver e conviver com a diversidade e ser compreendido por ela. É, em síntese, saber situar-se no mundo e sentir-se pertencido a ele. Nesse sentido, concordamos que a escola tenha papel precípuo no curso e percurso dessa formação. Portanto, nos dizeres de Apple (2006, p. 10), enquanto escola, faz-se necessário que "o currículo e as pessoas que o planejam, não se situem em um mundo irreal, um mundo fundamentalmente desconectado da vida dos alunos das alunas, um mundo que lhes imprima uma cultura alienante da sua condição histórica e social".

Dentro dessa perspectiva, o projeto "Orgulho de Ser Negro" originou-se de um artigo escrito pela professora de História, Sofia Maria da Silva Albuquerque, como parte de seus estudos acadêmicos. A docente, após conceber a ideia, optou por discuti-la com outra professora de História, Paula Andrea Gomes de Aquino. Após deliberações, ambas chegaram a um consenso e decidiram elaborar o projeto "Orgulho de Ser Negro", submetendo-o à aprovação da direção da escola. Uma vez aprovado, iniciaram-se os procedimentos para sua elaboração e implementação.

A metodologia empregada no desenvolvimento do projeto "Orgulho de Ser Negro" foi cuidadosamente estruturada para garantir a eficácia e a profundidade das informações coletadas. A principal ferramenta utilizada foi a aplicação de questionários detalhados, destinados a diversos grupos dentro da instituição educacional, incluindo gestores, professores e ex-alunos que estiveram envolvidos desde o início do projeto em 2007. Os questionários foram projetados para coletar dados sobre a percepção e o impacto do projeto nas práticas educacionais relacionadas à cultura afro-brasileira.

Após a distribuição dos questionários, foi concedido um prazo de uma semana para que os respondentes completassem e devolvessem os formulários. Isso permitiu que os participantes tivessem tempo suficiente para refletir sobre suas respostas, garantindo assim a qualidade e sinceridade das informações coletadas.

As respostas foram analisadas para detectar padrões e tendências nas percepções dos envolvidos, bem como para identificar áreas de sucesso e aspectos que requerem melhoria. Este



processo foi essencial para entender a dinâmica interna da escola em relação ao projeto e para planejar passos futuros para sua expansão ou ajuste.

Conforme as respostas obtidas dos questionários, a professora Paula Andrea mencionou a contribuição da professora Ananilva Soares na criação do projeto. Nesta fase inicial, observou-se o envolvimento e dedicação primariamente das professoras idealizadoras do projeto. No entanto, elas relataram ter solicitado a participação de todo o corpo docente, embora alguns professores não tenham demonstrado iniciativa. É importante reconhecer que, tanto em instituições públicas quanto privadas, frequentemente não existe uma completa união entre todos os funcionários. Seguem os comentários da professora Sofia Maria da Silva Albuquerque sobre a concepção do projeto:

Surgiu do curso que era pra gente lançar nas disciplinas História, Arte, Língua Portuguesa com a História sobre Cultura e História afro-brasileira que a lei que foi criada em dois mil e três que o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, sancionou, a partir de ter que implantar surgiu a ideia. Aí conversei com a Paula pra gente apresentar, ela respondeu, olhe professora pra apresenta nós temos que construir um projeto, aí foi que nós construímos o projeto, foi o primeiro projeto que foi apresentado ao público envolvendo todas as turmas [...] Agente trabalha a teoria na sala de aula e a prática é apresentada na culminância [...] O projeto é desenvolvido no período de dois meses sobre a cultura afro-brasileira, em todas as séries².

O projeto conta com a participação da maioria dos professores da Escola São José. A professora Paula Andrea Gomes de Aquino informou que os professores de outras disciplinas participam com apresentações no projeto, ainda que os mesmos não ministrem a disciplina História, ocorrendo assim a Interdisciplinaridade. Posto que:

A interdisciplinaridade questiona a segmentação entre os diferentes campos de conhecimento produzida por uma abordagem que não leva em conta a inter-relação e influência entre eles – questiona a visão compartimentada (disciplinar) da realidade sobre a qual a escola, tal como é conhecida, historicamente se constitui. Refere-se, portanto, a uma relação entre disciplinas (Parâmetros Curriculares Nacionais, 2001, p. 40).

Como mencionado anteriormente, os temas sobre a História e a cultura afro-brasileira são estudados e pesquisados ao longo de dois meses para possibilitar a realização de apresentações. A Escola São José, que funciona em três turnos, envolve todos os turnos nessas apresentações. Os conteúdos programáticos são organizados da seguinte forma: alunos do Primeiro Ano do Ensino

² ALBUQUERQUE, Sofia Maria da Silva. *Entrevista concedida a Leandro de Castro Tavares*. Óbidos/PA, Junho de 2015.



Médio investigam a chegada e o deslocamento dos negros africanos no Brasil; alunos do Segundo Ano focam na religiosidade afro-brasileira, especialmente no Sincretismo; enquanto os do Terceiro Ano concentram-se no Negro na Atualidade, abordando o período contemporâneo, especificamente na disciplina de História Geral.

Apesar das disposições da Lei 10.639/2003, alterada pela Lei 11.645/2008, que estipula a inclusão dos estudos afro-brasileiros nas disciplinas de Educação Artística e Literatura, foi observado que esses conteúdos não são desenvolvidos nessas áreas. Conforme relatado pelas professoras responsáveis pelo projeto, a falta de envolvimento dessas disciplinas e as dificuldades financeiras representam os principais obstáculos à execução do projeto. Em 2008, devido à escassez de recursos financeiros, alimentos e iguarias de origem africana foram vendidos ao público para financiar a produção de som e a contratação de seguranças, elementos necessários para o sucesso do projeto. No ano de 2007, a turma 207, do Segundo Ano do Ensino Médio, foi responsável por uma das melhores apresentações sobre a religiosidade afro-brasileira, focada no Candomblé. Para esta apresentação, foi contratado Manoel Francisco, pertencente a um terreiro de Umbanda em Manaus, que contribuiu significativamente para o sucesso do evento. A seguir, exploraremos o que a professora Paula Andrea Gomes de Aquino destacou sobre a apresentação do Candomblé em 2007:

No de 2007, que foi a primeira apresentação, a apresentação da 207 sobre o candomblé foi uma das melhores apresentações, e foi talvez, o melhor ano, vocês trouxeram aquele senhor para apresentar, fizeram aquele painel [...]. É meio difícil de entrevistar os alunos mas não existe a melhor pessoas para dar depoimento do que os alunos que participaram do primeiro ano em que o projeto foi apresentado [...]³.

Desde sua fundação, o projeto "Orgulho de Ser Negro" tem sido apresentado anualmente, sem interrupções até o ano de 2015. As professoras mencionaram que, nesse ano, pode haver um atraso nas apresentações devido ao início das aulas fora do período regular. Importante destacar que este projeto é apresentado todos os anos no dia 20 de novembro, em celebração ao Dia da Consciência Negra. Anualmente, são desenvolvidos novos métodos para o dia das apresentações, visando a contínua melhoria do evento.

Para a realização de qualquer apresentação, é essencial contar com um público. Nesse contexto, as professoras responsáveis pelo Projeto "Orgulho de Ser Negro" decidiram expandir seu alcance,

³AQUINO, Paula Andrea Gomes de. *Entrevista concedida a Leandro de Castro Tavares*. Óbidos/PA, Junho de 2015.



incluindo não apenas os alunos da Escola São José, mas também estudantes de outras instituições educacionais. Esse planejamento foi eficaz, procedendo da seguinte forma: as professoras redigiram ofícios que foram enviados às outras escolas da cidade de Óbidos, convidando-as a participar do evento e, assim, contribuir para o enriquecimento e aperfeiçoamento das apresentações. A seguir, examinaremos a explicação fornecida pela professora Sofia Maria sobre este processo:

Nós mandamos os convites para as escolas para que possam participar trazendo seus alunos. No dia das apresentações os diretores e professores trazem os alunos, ao chegarem à escola, além de estarem fazendo uma visita todos contribuem dando sua opinião a respeito do que está sendo apresentado, através das planilhas que a gente distribui, nas planilhas eles dizem se precisa melhorar⁴.

O método mencionado foi adotado pelas professoras como uma estratégia para captar as opiniões do público presente. Inspirando-se nos princípios democráticos — especialmente relevante considerando que o Brasil se autodeclara um país democrático — as professoras reconhecem que, apesar de viverem numa democracia, muitas pessoas não experienciam plenamente seus direitos democráticos devido a restrições em diversos contextos. Para adicionar mais destaque às apresentações do projeto "Orgulho de Ser Negro", a cada ano as organizadoras decidem homenagear uma personalidade que tenha representado significativamente a africanidade brasileira no município de Óbidos. Um exemplo notável ocorreu em novembro de 2010, quando as homenagens foram dedicadas à professora Cleonice Barros, reconhecendo sua contribuição à comunidade.

Imagem 01 - Profª. Cleonice Barros, Homenageada no ano de 2010.



Fonte: Arquivo da Escola São José.

⁴ ALBUQUERQUE, Sofia Maria da Silva, op. cit.



As homenagens no projeto "Orgulho de Ser Negro" iniciaram-se em 2008, uma iniciativa que, segundo as proponentes, provou ser bem-sucedida. Através deste enfoque, evidencia-se o valor que os professores atribuem às pessoas que expressam orgulho de sua ascendência africana, contrapondo-se à vergonha e ao preconceito ainda presentes na sociedade. Essas homenagens visam reafirmar a dignidade de suas origens e celebrar a contribuição cultural significativa desses indivíduos. Para uma compreensão mais aprofundada do impacto e da motivação por trás deste projeto, vamos explorar a justificativa apresentada para a edição de 2010 do "Orgulho de Ser Negro":

A história do Brasil não poderia ser contada sem a grande participação do povo africano, que no período da colonização, vieram como escravos, e tiveram papel importante na formação do povo brasileiro. Todo o contexto histórico da escravidão negra no Brasil tem um significado importante aos seus descendentes que lutam por reconhecimento numa sociedade, que infelizmente ainda se cristaliza nos padrões tidos como brancos. Esse reconhecimento histórico, não deve ser uma mera citação na história do Brasil, mas deve abranger na Escola momentos de discussão e reflexão a respeito do reconhecimento do povo africano na formação da sociedade brasileira. Dessa forma, esse Projeto busca possibilitar reflexões, valorizando e resgatando a história dos negros no Brasil. E considerando a Lei Nº 10.639, assinada pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva, em janeiro de 2003, resultado da luta de professores afro-descendentes que desejam a inclusão de uma disciplina que realmente conte a verdadeira história da população negra na construção deste país, os professores de História da EEEM São José, incluíram na Proposta Pedagógica desse ano o dia 25 de Novembro para o desenvolvimento do Projeto Orgulho de Ser Negro. (Justificativa do Projeto, 2010, p. 01).

2.2 Sociabilidade: gestores, professores e ex-alunos.

Como mencionado anteriormente, um dos métodos utilizados neste artigo foi a aplicação de questionários, que foram distribuídos a gestores, professores e ex-alunos da Escola Estadual de Ensino Médio São José, especificamente aqueles que estavam presentes no ano de 2007. Os destinatários solicitaram uma semana para responder às perguntas relacionadas à História e Cultura Afro-brasileira. As respostas obtidas nos questionários serão agora detalhadas.

A primeira pergunta visava descobrir se os respondentes já trabalhavam questões relacionadas aos afrodescendentes. As três categorias de respondentes afirmaram que sim, mencionando que uma das metodologias empregadas inclui a apresentação de projetos, fato que foi comprovado pelas apresentações existentes.

A segunda pergunta abordou a inserção da Lei 10.639/2003, já modificada pela Lei 11.645/2008, no currículo diversificado da instituição. Tanto a direção quanto os professores e alunos



afirmaram que a lei foi incorporada, porém foi detectado que a inserção não ocorreu imediatamente, e que os estudos sobre a cultura afro-brasileira estavam confinados principalmente à disciplina de História Geral.

A terceira pergunta investigava a existência de algum projeto desenvolvido na escola que abordasse a cultura negra e os autores do mesmo. Todos os participantes confirmaram a existência de um projeto denominado "Orgulho de Ser Negro". Contudo, surgiu uma controvérsia: enquanto a direção e alguns professores atribuíram a autoria a todos os docentes de história, outros professores e alunos indicaram que as verdadeiras autoras foram as professoras Sofia Maria, Paula Andrea e Ananilva Soares, com esta última tendo uma participação direta. Esta resposta foi validada pela pesquisa inicial do projeto.

A quarta e última pergunta versou sobre sugestões que fossem intensificados os estudos e pesquisas sobre a História e Cultura afro-brasileira na Escola São José. A direção propôs que fossem de fato realizadas pesquisas e atividades educativas que respaldassem a História e cultura afro-brasileira. Os professores sugeriram o envolvimento de todas as disciplinas e a elaboração de mais projetos que abordassem o tema.

As respostas dos questionários disponibilizados às pessoas supracitadas serviram para dar melhor entendimento nesta pesquisa, assim contribuiu para que pudesse ser verificado até que ponto a Escola São José desenvolve em seu currículo estudos e pesquisas relacionadas à História e Cultura Afro-brasileira, a partir do estabelecimento das leis já citadas. Em se tratando de currículo, de acordo com Costa (2001, p, 37) o currículo escolar, e neste propósito de pesquisa é dado ênfase especificamente ao significado do currículo de Ensino da cultura afro-brasileira a partir das duas leis, é um “dos mecanismos que compõem o caminho que nos torna o que historicamente é dado ao currículo, principalmente diante da conjuntura cultural, histórica e social em que nos situamos”. Macedo (2011, p. 108), alega que,

A chegada das tecnologias da informação e de comunicação nos cenários educacionais obriga, de alguma forma, o campo do currículo e as práticas curriculares a entrar no mérito das possíveis mediações estruturantes que essas tecnologias podem implementar, e mesmo na natureza do contexto cultural e sociopolítico que produzem: a cibercultura.

Vivemos imersos em um contexto cibercultural, onde tanto professores quanto alunos estão constantemente envolvidos com tecnologias de diversas naturezas. Essas tecnologias são utilizadas



não apenas como ferramentas para construção pessoal e cidadania, mas também como meios para interagir com o mundo ao redor. Dado que a sociedade em redes é uma realidade incontornável, torna-se essencial para as instituições educacionais conhecer e apropriar-se dessas ferramentas digitais. A utilização dessas tecnologias como alternativas didáticas pode dinamizar e enriquecer o ensino da cultura afro-brasileira, facilitando assim a aquisição de conhecimento pelos estudantes. Este é um passo fundamental para garantir que os alunos não apenas aprendam sobre a cultura afro-brasileira, mas também valorizem sua importância e relevância no contexto social atual.

3. *Considerações Finais*

As discussões sobre a História e Cultura afro-brasileira devem estar presentes tanto em nível acadêmico quanto nos espaços onde todos vivemos, especialmente nas escolas de nível médio e fundamental. As propostas inovadoras do governo para a inserção de estudos e pesquisas sobre essa cultura podem contribuir significativamente para que a sociedade minimize as formas preconceituosas ainda presentes no mundo. A reflexão sobre esses assuntos, que muitas vezes são mal compreendidos, é de extrema importância para a formação de futuros pesquisadores no que diz respeito ao tema. Os dados apresentados nesta pesquisa enfatizam principalmente a importância dos afrodescendentes na cultura do Brasil. No entanto, é necessário ter sensibilidade para perceber que esses povos, não só são importantes para o povo brasileiro, mas também estão diretamente envolvidos no surgimento dessa vasta quantidade de grupos étnicos existentes no Brasil. Ao reconhecer isso, pode-se discernir o valor significativo que esses povos têm para a miscigenação presente na sociedade brasileira, e a partir daí, ampliar os conhecimentos de modo geral.

Para enfatizar a importância da civilização africana e eliminar o preconceito, deve-se entender que a África foi o berço de civilizações grandiosas, bem como o palco onde se iniciou o drama da existência humana. No contexto brasileiro, é correto afirmar que a quantidade de africanos trazidos entre os séculos XVI e XIX foi muito alta. Sabe-se que, a partir da chegada desses povos, eles se tornaram a força de trabalho de todo o período. Outro tema interessante é o surgimento da africanidade brasileira, profundamente marcado pela história de opressão e resistência. Enquanto a dominação europeia trouxe africanos para o Brasil, a sua contribuição cultural, apesar e por meio dessa adversidade, é um testemunho de sua influência duradoura e transformadora na sociedade brasileira.



É um fato que em qualquer local do Brasil existem afrodescendentes, mesmo que de alguma forma as pessoas não se reconheçam, pois muitas ocultam sua raça devido ao elevado nível de racismo ainda existente na sociedade.

Referências

Fontes Orais

ALBUQUERQUE, Sofia Maria da Silva. **Entrevista concedida a Leandro de Castro Tavares.** Óbidos/PA, Junho de 2015.

AQUINO, Paula Andrea Gomes de. **Entrevista concedida a Leandro de Castro Tavares.** Óbidos/PA, Junho de 2015.

Referências Bibliográficas

ALBERTI, Verena. “Fontes orais: Histórias dentro da História”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes históricas.** São Paulo: Contexto, 2011.

APPLE, Michael W. **Ideologia e currículo.** 3. Porto Alegre: Atmed, 2006.

BRASIL. **Lei 10.639/2003 de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

BRASIL. **Lei 11.645/08 de 10 de Março de 2008.** Altera a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: História. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

COSTA, Marisa Corraber. Currículo e política cultural. In: COSTA, Marisa Vorraber (org.). **O currículo nos limiares do contemporâneo.** 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.



CUNHA JUNIOR, H. A história africana e os elementos básicos para seu ensino. In: LIMA, I. C. (org.). **Negros e currículo**. Florianópolis: NEN, 1998.

FERNANDES, J. R. O. Ensino de História e diversidade cultural: desafios e possibilidade. **Caderno Cedes**, v. 25, n. 67, p. 378-388, set./dez., 2005.

HAGE, Mufarrej Salomã. Educação na Amazônia: identificando singularidades e suas implicações para a construção de propostas e políticas educativas e curriculares. In.: HAGE, Mufarrej Salomão (Org). **Educação do Campo na Amazônia**: retratos de realidade das escolas multisseriadas no Pará. 1º edição. Belém (PA): Gráfica e Editora Gtemberg Ltad, 2005.

LOPES, Marta Teixeira e GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da Educação**. Coleção [o que você precisa saber sobre...]. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MACEDO, Roberto Sidnei. **Currículo**: campo, conceito e pesquisa. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA. LDB - **Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

MOREIRA, A. F.; CANDAU, V. **Currículo, conhecimento e cultura**. Presidência da República, Ministério da Educação, Departamento de Ensino Fundamental – Indagações sobre o currículo. 2007.

NACIONAIS, Parâmetros Curriculares: **apresentação dos temas transversais**: ética / Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. – 3. Ed. – Brasília: A Secretaria, 2001.

SILVEIRA, R. M. H.. Leitura, literatura e currículo. In: COSTA, M. V. (Org.). **O currículo nos limiares do contemporâneo**. 3 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

Artigo submetido em 24/10/2023, aceito em 20/05/2024 e publicado em 17/07/2024.

